



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 12.362/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto Municipal de Previdência de Arara, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos integrais ao Sr. Francisco Ferreira de Lima, Matrícula nº 0035, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que contava, à época do ato com 13.087 dias de tempo de serviço, e idade de 65 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 12.362/17

Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): Francisco Ferreira de Lima
Órgão: Instituto Municipal de Previdência de Arara.
Gestor Responsável: Luis Felipe Medeiros da Silva
Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 2.199/2017

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 12.362/17 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais do Sr. Francisco Ferreira de Lima, Matrícula nº 0035, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 28 de setembro de 2017.

Assinado 3 de Outubro de 2017 às 17:09



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 2 de Outubro de 2017 às 17:46



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 3 de Outubro de 2017 às 14:40



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO